

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Beatriz de Souza Ribeiro

**LESBOFOBIA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: REFLEXÕES SOBRE A MARGINALIZAÇÃO DE MULHERES LÉSBICAS
NAS RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS E CULTURAIS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Ana Beatriz de Souza Ribeiro** acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201871081A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **LESBOFOBIA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: REFLEXÕES SOBRE A MARGINALIZAÇÃO DE MULHERES LÉSBICAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS E CULTURAIS**, desenvolvido durante o período de 10/10/2024 a 21/01/2015 sob a orientação de CÉLIA DA GRAÇA ARRIBAS, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

ANA BEATRIZ DE SOUZA RIBEIRO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

LESBOFOBIA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: REFLEXÕES SOBRE A MARGINALIZAÇÃO DE MULHERES LÉSBICAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS E CULTURAIS

Ana Beatriz de Souza Ribeiro¹

RESUMO

O presente estudo investiga a vivência de mulheres lésbicas em contextos sociais marcados pela violência simbólica conforme teorizado por Pierre Bourdieu. O objetivo é compreender como a deslegitimação da sexualidade dessas mulheres, fundamentada na inadequação percebida de suas performances de gênero, configura uma expressão da lesbofobia. A pesquisa, realizada por meio de revisão de literatura, examina as formas como as normas sociais e culturais reforçam estruturas de poder que marginalizam identidades dissidentes, promovendo a exclusão simbólica e a perpetuação de desigualdades. Além disso, o trabalho busca identificar os impactos dessa violência nas experiências individuais e coletivas de mulheres lésbicas, propondo reflexões sobre práticas e políticas que possam enfrentar tais opressões. Entre os resultados esperados estão a ampliação do debate acadêmico sobre violência simbólica e sua relação com a lesbofobia, bem como a construção de um olhar crítico para desconstruir as barreiras impostas à livre expressão da sexualidade e do gênero. Assim, com o dito estudo se espera que ele contribua para fomento da academia e com isto gere debates a respeito da violência simbólica que atinge mulheres lésbicas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência simbólica. Lesbofobia. Performance de gênero. Mulheres lésbicas. Sexualidade.

1. INTRODUÇÃO: LESBOFOBIA, DEFINIÇÃO E MANIFESTAÇÃO NO COTIDIANO

O artigo é fundamentado em uma revisão de literatura, com o objetivo principal de compreender como as mulheres lésbicas vivenciam a violência simbólica e como essa dinâmica é sustentada por preconceitos relacionados à sexualidade e ao gênero. Neste trabalho, busca-se analisar os mecanismos sociais que dão longevidade a essa violência e propor reflexões sobre estratégias para enfrentá-la.

A importância deste estudo está em sua contribuição para o campo acadêmico, ampliando o entendimento sobre as relações entre gênero, sexualidade e violência simbólica, além de oferecer base para a formulação de políticas inclusivas e ações educativas que promovam o respeito à diversidade.

A metodologia empregada é baseada em uma análise qualitativa das contribuições teóricas e empíricas de autores renomados no tema, com foco na articulação entre os conceitos de violência simbólica e lesbofobia. O texto está estruturado em três partes principais: o referencial teórico, onde são discutidos os conceitos centrais; a análise das dinâmicas de opressão; e as considerações finais, que apresentam os resultados alcançados e sugestões para futuras pesquisas.

A lesbofobia é uma forma específica de opressão dirigida contra mulheres lésbicas, envolvendo preconceitos baseados em sua orientação sexual e na desconformidade com normas hegemônicas de gênero. Ela vai além da rejeição explícita, operando por meio de dinâmicas simbólicas e estruturais que marginalizam essas mulheres e deslegitimam suas vivências. A sociedade heteronormativa, ao definir padrões restritos de sexualidade e gênero, posiciona as mulheres lésbicas em um espaço de constante exclusão, onde sua sexualidade é invisibilizada ou desqualificada. Esse processo não só reforça a hierarquia heterossexual, mas também cria barreiras emocionais, sociais e institucionais que dificultam a plena vivência de sua identidade. Dessa forma, a lesbofobia é tanto uma manifestação de homofobia quanto de sexismo, interseccionando diferentes formas de opressão que as mulheres lésbicas enfrentam diariamente (Alves, 2022).

No cotidiano, a lesbofobia se expressa em múltiplas dimensões, incluindo a rejeição no ambiente familiar, a discriminação em espaços de trabalho e a exclusão em contextos sociais mais amplos. No âmbito familiar, ela frequentemente se manifesta como tentativas de impor comportamentos que reafirmem feminilidades

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ana.ribeiro@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Célia da Graça Arribas.

heteronormativas, deslegitimando a sexualidade dessas mulheres. As expectativas sociais, moldadas por padrões de gênero, posicionam o comportamento heterossexual como natural e desejável, enquanto qualquer desvio é visto como inadequado ou desafiador à ordem estabelecida. Essa pressão pode gerar isolamento, conflitos familiares e um ambiente hostil, que impactam profundamente a saúde mental e o bem-estar dessas mulheres (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

Nos espaços públicos, a lesbofobia pode ser percebida em atitudes de invisibilização ou na hostilidade aberta. As mulheres lésbicas muitas vezes enfrentam a negação de sua sexualidade, como no caso de casais lésbicos cuja relação é interpretada como amizade ou como algo menos legítimo que relacionamentos heterossexuais. Além disso, situações de violência verbal ou física ainda são frequentes em determinados contextos, especialmente quando a expressão de gênero dessas mulheres desafia os padrões socialmente aceitos. A lesbofobia, portanto, não é apenas um ataque à orientação sexual, mas uma estratégia que visa deslegitimar formas de ser e existir que fogem à norma, reforçando uma hierarquia que privilegia a heterossexualidade e a masculinidade (Alves, 2022).

Além do âmbito individual, a lesbofobia também se insere em dinâmicas institucionais e culturais que reforçam a exclusão. No mercado de trabalho, por exemplo, mulheres lésbicas frequentemente enfrentam discriminação, tanto em processos de seleção quanto na progressão de suas carreiras. A falta de políticas inclusivas e o ambiente corporativo moldado por normas heteronormativas tornam desafiador para essas mulheres acessar oportunidades de forma igualitária. Esse cenário é agravado quando a expressão de gênero não se alinha com os padrões esperados de feminilidade, intensificando a discriminação enfrentada (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

A mídia também desempenha um papel significativo na perpetuação da lesbofobia ao reforçar estereótipos e invisibilizar mulheres lésbicas em narrativas culturais. Muitas vezes, a representação de mulheres lésbicas está ligada a clichês ou reduzida a um fetiche, o que desumaniza e deslegitima suas experiências reais. Essa falta de representatividade autêntica contribui para a manutenção de uma cultura que ignora ou marginaliza as vivências lésbicas. Por outro lado, a mídia tem o potencial de ser um espaço de resistência, promovendo narrativas que desafiem a lesbofobia e ofereçam visibilidade positiva para mulheres lésbicas, embora essa seja ainda uma exceção e não a regra (Alves, 2022).

Compreender a lesbofobia em sua complexidade exige uma abordagem interseccional que leve em consideração as diferentes formas de opressão que se sobrepõem às experiências das mulheres lésbicas. Além de enfrentar a discriminação baseada em sua orientação sexual, elas também podem vivenciar marginalizações relacionadas à raça, classe, idade ou outros marcadores sociais (Lorde, 2019). Esse cruzamento de desigualdades intensifica os desafios enfrentados, tornando urgente o desenvolvimento de políticas públicas, práticas sociais e ações educativas que promovam a inclusão e a valorização da diversidade (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

Portanto, a lesbofobia é uma forma de opressão ampla, enraizada em estruturas sociais e culturais que reproduzem e legitimam a exclusão de mulheres lésbicas. Para combatê-la, é necessário um esforço coletivo que envolva tanto a desconstrução de normas heteronormativas quanto a promoção de ambientes inclusivos, seja no âmbito familiar, social, cultural ou institucional. A resistência a essas dinâmicas opressivas passa pela valorização das vivências lésbicas e pela construção de narrativas que desafiem o status quo, abrindo espaço para a igualdade e a justiça social.

2. INTERSEÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E LESBOFOBIA

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, desenvolveu o conceito de violência simbólica para descrever a imposição de normas e valores que legitimam hierarquias sociais sem recorrer à coerção explícita, mecanismo essencial para compreender como a lesbofobia se estrutura e se perpetua. A articulação entre violência simbólica e lesbofobia revela dinâmicas complexas de opressão que afetam profundamente a vivência das mulheres lésbicas, pois enquanto a primeira naturaliza desigualdades por meio de práticas e discursos hegemônicos, a segunda se manifesta como discriminação baseada na orientação sexual e na performance de gênero. Essa interseção evidencia como as estruturas sociais não apenas deslegitimam a sexualidade lésbica, mas também reforçam sua exclusão em diversos contextos, como na educação, onde narrativas de docentes lésbicas ilustram a perpetuação da invisibilização e da desvalorização de suas identidades, acentuando desigualdades estruturais (Liebgott; Weiss, 2020).

No mercado de trabalho, essa confluência se manifesta de maneira evidente na forma como mulheres lésbicas enfrentam barreiras invisíveis, mas profundamente enraizadas, que dificultam seu acesso a oportunidades iguais. A violência simbólica nesse contexto opera ao reforçar normas heteronormativas que determinam não

apenas quem é considerado apto para determinados cargos, mas também quais comportamentos são vistos como aceitáveis. As mulheres lésbicas que não performam a feminilidade de maneira normativa frequentemente enfrentam discriminação velada, o que resulta em exclusão e marginalização. Esses reflexos são amplificados pela lesbofobia, que posiciona essas mulheres como desviantes em um sistema social que privilegia a heterossexualidade (Oliveira, 2022).

Além disso, a interação entre violência simbólica e lesbofobia não se restringe às relações interpessoais ou às instituições formais. Ela também permeia a cultura, manifestando-se em discursos e representações que marginalizam mulheres lésbicas ou reduzem suas identidades a estereótipos. A mídia, por exemplo, frequentemente reforça a invisibilidade lésbica ou promove representações que desumanizam essas mulheres, contribuindo para a naturalização de sua exclusão. Esses discursos culturais são incorporados pela sociedade, perpetuando as hierarquias simbólicas que legitimam a desigualdade e reforçam o poder da heteronormatividade como norma dominante (Liebgott; Weiss, 2020).

A articulação entre esses dois conceitos também pode ser analisada a partir de práticas institucionais que reforçam a opressão. Políticas públicas insuficientes ou a ausência de proteção específica para mulheres lésbicas, sobretudo políticas relacionadas à saúde, são reflexos diretos da interação entre lesbofobia e violência simbólica. Mulheres lésbicas enfrentam diversos desafios ao acessar serviços de saúde, especialmente na ginecologia, onde sua orientação sexual muitas vezes é ignorada ou tratada com preconceito, já que muitos profissionais assumem que todas as mulheres são heterossexuais, o que resulta em perguntas desnecessárias sobre métodos contraceptivos ou em um desinteresse por discutir práticas sexuais relevantes. Essa invisibilidade leva à negligência de exames preventivos, como o Papanicolau, sob a falsa crença de que elas não estão em risco, além do fato de não haver políticas e conhecimentos sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis que também atingem mulheres lésbicas. Por exemplo, uma mulher lésbica pode ouvir que “não precisa desse exame (Papanicolau)” ou não são instruídas sobre como se protegerem de doenças, porque não mantém relações heterossexuais, o que revela a falta de conhecimento sobre riscos de saúde específicos. Além disso, muitas pacientes relatam experiências de discriminação e constrangimento durante consultas. Comentários homofóbicos, julgamentos morais ou curiosidade invasiva sobre sua sexualidade criam um ambiente hostil, agravando o desconforto comum em atendimentos ginecológicos. Exemplos incluem perguntas insensíveis como “Mas você tem certeza que precisa de acompanhamento ginecológico?” ou a recomendação automática de anticoncepcionais, mesmo após a paciente afirmar que não mantém relações com homens. Essa falta de acolhimento não apenas compromete os cuidados médicos, mas também reforça a exclusão dentro do sistema de saúde. Essas situações impactam diretamente a saúde mental de mulheres lésbicas, que muitas vezes evitam consultas médicas por medo de discriminação ou de serem ignoradas. A hostilidade no atendimento contribui para sentimentos de ansiedade, exclusão e insegurança, especialmente em espaços que deveriam ser acolhedores. Esse ciclo de invisibilidade e preconceito demonstra como o sistema de saúde pública, ao ignorar as demandas específicas dessas mulheres, perpetua desigualdades que afetam tanto a saúde física quanto a mental.

Esse cenário é agravado quando os espaços de poder e decisão não incluem a perspectiva dessas mulheres, perpetuando estruturas que as marginalizam. Para desconstruir essa realidade, é essencial compreender como esses mecanismos operam e desenvolver estratégias que desafiem as normas excludentes e promovam a inclusão e o respeito à diversidade (Oliveira, 2022).

Portanto, a convergência entre violência simbólica e lesbofobia é central para compreender as opressões enfrentadas por mulheres lésbicas. Ela não apenas evidencia como as normas sociais legitimam a exclusão, mas também demonstra a necessidade de iniciativas que questionem essas estruturas. A análise crítica desses mecanismos pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, onde a diversidade seja respeitada e valorizada em todos os contextos.

2.1 PERFORMANCE DE GÊNERO E NORMAS CULTURAIS

A performance de gênero está intrinsecamente ligada às normas culturais que moldam as expectativas sociais sobre o comportamento e a aparência das pessoas, de acordo com seu gênero. Para mulheres lésbicas, a conformidade ou desvio dessas normas tem um impacto significativo em suas vivências, influenciando a forma como são percebidas e tratadas pela sociedade. As normas de gênero, que historicamente reforçam papéis tradicionais e heteronormativos, impõem limites rígidos sobre como as mulheres devem se apresentar, agir e se relacionar. Quando mulheres lésbicas rompem com esses padrões, recusando-se a performar feminilidades tradicionais ou assumindo identidades mais fluidas, enfrentam discriminações que vão desde a invisibilização até formas explícitas de violência. Esses desvios são frequentemente interpretados como afrontas à ordem social,

refletindo o poder coercitivo das normas culturais na manutenção das desigualdades de gênero e sexualidade (Gomes, 2024).

O impacto da não conformidade às normas de gênero é amplificado para mulheres lésbicas, pois suas identidades desafiam tanto as expectativas de feminilidade quanto as de heterossexualidade. Essa dupla ruptura resulta em uma violência simbólica que opera de maneira sutil, mas eficaz, para deslegitimar suas experiências. A violência pode se manifestar em espaços públicos, como a recusa de serviços ou o tratamento hostil em interações cotidianas, ou em espaços privados, como o ambiente familiar, onde as mulheres são pressionadas a adotar comportamentos considerados "apropriados". A exclusão dessas mulheres não está apenas no campo das ações diretas, mas também nas microagressões e nos discursos que reforçam a ideia de que sua existência está fora da norma aceitável (Sousa, 2024).

A relação entre performance de gênero e normas culturais é particularmente visível no mercado de trabalho, onde mulheres lésbicas enfrentam discriminações baseadas em sua aparência e comportamento. A valorização da feminilidade normativa é frequentemente usada como critério informal de empregabilidade e progresso profissional, o que cria barreiras adicionais para aquelas que não se conformam a esses padrões. Mulheres lésbicas com expressões de gênero mais masculinizadas, por exemplo, relatam maior dificuldade em obter reconhecimento profissional, o que reflete a interação entre normas culturais e dinâmicas de poder no ambiente corporativo. Essa exclusão não apenas restringe oportunidades, mas também reforça a ideia de que a feminilidade normativa é uma condição para aceitação social (Gomes, 2024).

As normas de gênero atuam como um mecanismo disciplinador, impondo expectativas rígidas sobre como as mulheres devem se comportar e se apresentar. Para as mulheres lésbicas, essas normas representam um duplo fardo, pois desafiam não apenas os padrões de feminilidade, mas também a heteronormatividade. Essa transgressão resulta em formas de exclusão e discriminação que se manifestam de maneira simbólica e explícita, moldando suas experiências sociais e profissionais" (Gomes, 2024, p. 45).

Ainda sobre o mercado de trabalho, por outro lado, em instituições tradicionalmente masculinas, como as Forças Armadas, a Polícia Militar e o Exército, mulheres lésbicas, especialmente aquelas que performam características associadas à masculinidade, podem ser vistas como mais compatíveis com a cultura predominante. Essas organizações valorizam atributos como força, assertividade e disciplina — historicamente associados à masculinidade —, e mulheres que expressam essas características podem ser aceitas mais facilmente, mesmo em ambientes marcados pelo machismo.

O mesmo pode ser observado no mundo dos esportes, onde mulheres lésbicas que performam em esportes historicamente masculinizados, como futebol, boxe e artes marciais, frequentemente encontram reconhecimento por sua habilidade, mas enfrentam um estigma paralelo devido a sua sexualidade. Um exemplo marcante é o da jogadora Marta, considerada uma das maiores atletas da história do futebol. Embora Marta tenha conquistado respeito global por sua excelência técnica e liderança em campo, sua trajetória é também um símbolo da luta contra a invisibilidade e os estereótipos que cercam mulheres lésbicas no esporte. Ela rompeu barreiras em um ambiente que frequentemente associa a força e o alto desempenho à masculinidade, mostrando que talento e identidade podem coexistir.

Outro exemplo relevante é o de Amanda Nunes, atleta de MMA e campeã do UFC, que não só alcançou o topo em um esporte dominado por homens, mas também tem sido aberta sobre sua orientação sexual, desafiando normas de gênero e reafirmando seu lugar como uma das melhores lutadoras da história. Sua presença em um esporte tão masculinizado mostra como mulheres lésbicas podem conquistar respeito em espaços onde a força e a resistência física são altamente valorizadas.

Entretanto, tanto nos esportes quanto em instituições como as Forças Armadas, essa aceitação muitas vezes é condicional. Mulheres lésbicas que não performam a masculinidade esperada — seja por uma expressão mais feminina ou pela recusa em aderir às normas culturais do ambiente — enfrentam discriminação e exclusão. Além disso, a aceitação não elimina os desafios estruturais, como a falta de investimento no futebol feminino ou os obstáculos enfrentados para alcançar posições de liderança em carreiras militares.

Esses exemplos reforçam a complexidade da inclusão nesses espaços: por um lado, mulheres lésbicas podem ser respeitadas por sua competência ou por "se igualarem" aos homens; por outro, continuam sendo julgadas e marginalizadas dentro de parâmetros heteronormativos e sexistas. Isso demonstra que, embora existam aberturas, a verdadeira inclusão exige uma mudança estrutural que valorize a diversidade em todas as suas formas.

No contexto das relações interpessoais, a conformidade ou desvio das normas de gênero também afeta profundamente a maneira como as mulheres lésbicas são tratadas. Enquanto mulheres que se aproximam de padrões tradicionais de feminilidade podem ser hipersexualizadas ou fetichizadas, aquelas que se distanciam desses padrões enfrentam um tipo diferente de discriminação, sendo frequentemente vistas como ameaçadoras ou inadequadas. Esses estereótipos têm raízes profundas nas normas culturais que associam feminilidade à passividade e subordinação, e qualquer ruptura com essas expectativas é percebida como uma transgressão a ser controlada ou punida (Sousa, 2024).

Portanto, a conformidade ou o desvio das normas de gênero impacta significativamente a vivência das mulheres lésbicas, ao influenciar as formas como elas são percebidas e tratadas em diferentes contextos sociais. Essas normas, ao perpetuarem ideias limitadas e excludentes sobre gênero e sexualidade, reforçam estruturas de poder que marginalizam identidades dissidentes. Reconhecer e desafiar esses padrões é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as expressões de gênero e sexualidade sejam respeitadas e valorizadas.

2.2 RELAÇÕES DE PODER E SUBMISSÃO SIMBÓLICA

A dominação simbólica, como descrita por Pierre Bourdieu, é uma forma de poder que se exerce de maneira invisível e sutil, mas profundamente eficaz, ao naturalizar relações de hierarquia e desigualdade. No contexto da lesbofobia, essa dominação opera pela imposição de normas e valores heteronormativos, que marginalizam e deslegitimam as identidades lésbicas. A violência simbólica, nesse cenário, não se limita a manifestações explícitas, mas permeia práticas cotidianas e estruturas sociais que reforçam a posição subordinada das mulheres lésbicas. Esses mecanismos tornam-se especialmente evidentes quando as expressões de gênero ou comportamentos dessas mulheres desafiam as expectativas sociais, revelando a força da dominação simbólica como ferramenta de controle social (Meneghetti et al., 2022).

A perpetuação da lesbofobia por meio da dominação simbólica também se manifesta nas narrativas culturais, onde mulheres lésbicas são frequentemente invisibilizadas ou representadas de maneira estereotipada. Essa ausência ou deturpação contribui para a manutenção de um imaginário coletivo que nega a legitimidade de suas experiências e reafirma as hierarquias sociais existentes. Através de discursos sutis, a cultura legitima a exclusão, consolidando estruturas de poder que relegam as mulheres lésbicas a um estado de constante subordinação. Essa dinâmica é reforçada por instituições como a mídia, a educação e até mesmo o ambiente familiar, que replicam valores excludentes e moldam as percepções sociais (Alves; Sousa, 2021).

A interação entre dominação simbólica e lesbofobia se reflete, ainda, nas relações interpessoais, onde práticas de exclusão e controle são frequentemente justificadas como normais ou aceitáveis. Mulheres lésbicas que se distanciam das normas culturais enfrentam microagressões e formas veladas de violência, que perpetuam sua posição marginalizada sem recorrer a atos físicos ou verbais explícitos. Essa sutil violência torna-se ainda mais desafiadora de combater, pois se apresenta como um reflexo das normas e valores que organizam a sociedade, muitas vezes sendo reproduzida até mesmo por aqueles que dela são vítimas (Meneghetti et al., 2022).

Portanto, a dominação simbólica desempenha um papel central na perpetuação da lesbofobia, ao estruturar práticas sociais e culturais que reforçam hierarquias e marginalizam mulheres lésbicas. Essa forma de poder não apenas legitima a exclusão, mas também dificulta a resistência, ao apresentar a desigualdade como algo natural ou inevitável. Para desconstruir essa dinâmica, é necessário desvelar os mecanismos simbólicos que sustentam essas opressões e promover uma mudança cultural que valorize a diversidade e deslegitime todas as formas de violência.

2.3 O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE MULHERES LÉSBICAS

A mídia desempenha um papel central na construção e perpetuação de estereótipos sobre mulheres lésbicas, muitas vezes reforçando dinâmicas de violência simbólica. Através de representações limitadas ou deturpadas, a mídia contribui para a formação de um imaginário coletivo que invisibiliza ou marginaliza essas identidades. Com frequência, mulheres lésbicas são retratadas de maneira estereotipada, como figuras hipersexualizadas ou agressivas, reduzindo suas experiências a caricaturas que não refletem a complexidade de suas vivências. Essas representações reforçam normas heteronormativas e excluem narrativas que desafiam essas normas, contribuindo para a legitimação de estruturas opressoras que sustentam a lesbofobia (Oswaldino, 2022).

A invisibilidade também é um aspecto marcante da construção midiática sobre mulheres lésbicas. Muitas produções culturais evitam explorar essas identidades de maneira significativa, relegando-as a papéis secundários ou narrativas que servem apenas como complementos à experiência heterossexual. Essa ausência de visibilidade reafirma a ideia de que essas identidades não são legítimas ou dignas de destaque, contribuindo para sua exclusão social. Além disso, quando mulheres lésbicas são representadas, essas narrativas frequentemente reforçam a violência simbólica ao destacar conflitos trágicos ou à apresentação de suas vidas como excepcionais apenas por sua orientação sexual, ao invés de narrativas que explorem suas identidades de forma tridimensional e autêntica (Moreira, 2023).

Por outro lado, a mídia também tem o potencial de desafiar essas estruturas ao oferecer visibilidade positiva e representações diversificadas de mulheres lésbicas. No entanto, esse potencial ainda é limitado, pois as iniciativas que buscam abordar a complexidade dessas identidades enfrentam resistência em ambientes que preferem narrativas alinhadas aos padrões heteronormativos. Esse conflito demonstra como a mídia é um espaço de disputa simbólica, onde as representações podem tanto reforçar quanto subverter as dinâmicas de poder estabelecidas. A construção de narrativas que valorizem mulheres lésbicas como sujeitos plenos e complexos é um passo essencial para combater a violência simbólica e promover a inclusão (Oswaldino, 2022).

Assim, o papel da mídia na construção de estereótipos sobre mulheres lésbicas é significativo, tanto por perpetuar dinâmicas de exclusão quanto por oferecer oportunidades de resistência. O desafio reside em criar representações que não apenas desconstruam estereótipos, mas que também valorizem a diversidade e promovam uma compreensão mais ampla e respeitosa das identidades lésbicas. Para isso, é necessário ampliar o debate sobre a responsabilidade da mídia na formação cultural e reconhecer sua influência como um agente potencial de transformação social (Moreira, 2023).

2.4 A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE REFORÇO OU RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A família, enquanto espaço central de socialização, desempenha um papel ambivalente no que se refere à vivência de mulheres lésbicas. Por um lado, pode funcionar como um local de reforço da violência simbólica, legitimando normas heteronormativas que marginalizam e deslegitimam identidades dissidentes. Por outro, a família também tem o potencial de se tornar um espaço de resistência e acolhimento, promovendo a aceitação e o reconhecimento das experiências dessas mulheres. Essa dualidade torna as dinâmicas familiares cruciais na forma como as mulheres lésbicas vivenciam e respondem à exclusão social. Em muitos casos, o ambiente familiar é o primeiro local onde ocorre a imposição de normas de gênero, gerando tensões quando essas expectativas são desafiadas pela orientação sexual ou pela performance de gênero das mulheres lésbicas (Oliveira et al., 2024).

Quando a família age como reforçadora da violência simbólica, práticas de exclusão, invisibilização e deslegitimação tornam-se recorrentes. Mulheres lésbicas frequentemente enfrentam tentativas de controle de suas expressões de gênero e sexualidade, com a imposição de papéis femininos tradicionais como uma forma de readequá-las às normas familiares e sociais. Essa dinâmica não apenas promove o isolamento, mas também perpetua a ideia de que suas identidades são desviantes e incompatíveis com os valores familiares. Essas experiências geram impactos profundos na saúde emocional e no senso de pertencimento das mulheres lésbicas, configurando a família como um espaço de exclusão simbólica que reforça desigualdades sociais mais amplas (Marques et al., 2021).

A família, enquanto espaço primário de socialização, muitas vezes opera como um microcosmo da sociedade, reproduzindo as mesmas normas e hierarquias que legitimam a exclusão de identidades dissidentes. Mulheres lésbicas frequentemente enfrentam pressões para se conformarem a padrões de feminilidade e heterossexualidade, sendo submetidas a práticas que visam corrigir ou ocultar sua orientação sexual. Essa dinâmica é um exemplo claro de como a violência simbólica atua de maneira sutil, mas profundamente impactante, nas relações familiares (Oliveira et al., 2024, p. 32).

Por outro lado, existem dinâmicas familiares que oferecem resistência às formas de violência simbólica. Famílias que acolhem e apoiam mulheres lésbicas ajudam a desconstruir as hierarquias de poder que marginalizam essas identidades. Quando a aceitação ocorre, as mulheres encontram um espaço de fortalecimento e proteção, que pode ajudá-las a resistir às pressões externas e a enfrentar a discriminação de maneira mais assertiva. Essa postura, além de promover um ambiente mais saudável e inclusivo, também contribui para a formação de uma cultura familiar que questiona normas opressivas e promove a diversidade como um valor essencial (Oliveira et al., 2024).

No entanto, a transição da família de um espaço de reforço da violência simbólica para um espaço de resistência não ocorre de forma automática. É necessário um processo de conscientização e educação que desnaturalize os preconceitos enraizados e promova diálogos abertos sobre sexualidade e gênero. As mulheres lésbicas, ao confrontarem essas normas e reivindicarem suas identidades, desempenham um papel importante nesse processo, incentivando mudanças nas dinâmicas familiares e, conseqüentemente, nas estruturas sociais mais amplas. Essas mudanças são fundamentais para transformar a família em um espaço de resistência, que não apenas acolha as diferenças, mas também as celebre como parte integrante de sua constituição (Marques et al., 2021).

Assim, a família pode ser tanto um espaço de perpetuação da violência simbólica quanto um local de resistência e transformação. Reconhecer e compreender essas dinâmicas é essencial para abordar a lesbofobia e seus impactos nas mulheres lésbicas, criando condições para que as famílias se tornem agentes de inclusão e suporte, em vez de opressão. A construção de um ambiente familiar acolhedor e respeitoso é, portanto, um passo crucial para a promoção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

2.5 A RELIGIÃO E A LEGITIMAÇÃO DA LESBOFOBIA

A religião desempenha um papel significativo na legitimação da lesbofobia, especialmente por meio de discursos que reforçam normas heteronormativas e patriarcais. As tradições religiosas, em particular as de matriz judaico-cristã, frequentemente utilizam interpretações doutrinárias para justificar a marginalização de mulheres lésbicas, apresentando suas identidades como desviantes ou pecaminosas. Esses discursos se traduzem em formas de violência simbólica que afetam diretamente a forma como essas mulheres são percebidas e tratadas na sociedade. Ao naturalizar e legitimar a exclusão, as instituições religiosas contribuem para a perpetuação de estruturas de poder que subordinam as mulheres lésbicas e dificultam a aceitação plena de suas identidades (Silva, 2024).

O impacto dos discursos religiosos sobre a construção da identidade lésbica é profundo e multifacetado. Mulheres lésbicas que pertencem a comunidades religiosas muitas vezes enfrentam um duplo desafio: lidar com a rejeição externa e interna. A retórica de condenação moral difundida por líderes religiosos reforça a ideia de que a lesbianidade é incompatível com a espiritualidade, criando um ambiente hostil que limita sua liberdade de expressão e autoaceitação. Essas mulheres frequentemente se deparam com pressões para esconder sua sexualidade ou até mesmo se submeter a práticas de conversão, que são formas explícitas de violência simbólica e psicológica (Souza, 2020).

Além disso, a influência da religião na esfera política amplia o alcance da lesbofobia. Em muitos contextos, discursos religiosos são incorporados em políticas públicas que negam direitos às mulheres lésbicas, como o casamento igualitário e a adoção por casais homoafetivos. Essa articulação entre religião e Estado reforça a exclusão e cria barreiras institucionais que perpetuam a desigualdade. A violência simbólica, nesse sentido, não se limita às interações sociais, mas se institucionaliza por meio de legislações e práticas governamentais moldadas por valores religiosos conservadores (Silva, 2024).

No entanto, também é importante reconhecer os movimentos de resistência que surgem dentro e fora das tradições religiosas. Muitas mulheres lésbicas têm ressignificado sua relação com a espiritualidade, desafiando discursos excludentes e criando espaços alternativos de acolhimento e prática religiosa. Essas iniciativas não apenas questionam as normas impostas pelas instituições religiosas, mas também oferecem novas perspectivas sobre a relação entre fé e identidade lésbica. A construção de narrativas inclusivas dentro da religião é uma forma poderosa de resistência à violência simbólica, contribuindo para a desconstrução da lesbofobia institucionalizada (Souza, 2020).

Marcelo Natividade, antropólogo brasileiro que tem se destacado por suas pesquisas nas áreas de religião, sexualidade e gênero, vem desenvolvendo pesquisas sobre igrejas inclusivas, explorando as tensões e os processos de resistência no campo religioso, especialmente em relação às populações LGBTQIA+. O mesmo analisa as igrejas inclusivas emergem como espaços alternativos que desafiam a heteronormatividade predominante nas instituições religiosas tradicionais, permitindo que indivíduos marginalizados ressignifiquem suas identidades espirituais e sociais. (Natividade; Gomes, 2006)

No caso das mulheres lésbicas, o movimento de ressignificação da espiritualidade é uma forma de resistência que dialoga com a proposta de Natividade sobre a criação de práticas religiosas acolhedoras e inclusivas, práticas que reconhecem a pluralidade das experiências de fé, ao mesmo tempo que oferecem refúgio contra a violência simbólica e a exclusão promovidas por discursos religiosos normativos. Assim como as igrejas inclusivas analisadas por Natividade, esses espaços alternativos criados por mulheres lésbicas também funcionam

como ferramentas de enfrentamento à lesbofobia institucionalizada, ao reverterem a lógica excludente em narrativas que conciliam fé e identidade de maneira positiva.

Natividade destaca ainda como essas iniciativas não apenas desafiam a hegemonia religiosa, mas também reconstróem redes de solidariedade e pertencimento, algo que ressoa no texto ao mencionar o poder transformador da criação de narrativas inclusivas. Ao redefinir o papel da religião e da espiritualidade, tanto as mulheres lésbicas quanto as igrejas inclusivas demonstram que a resistência simbólica pode ser um caminho para combater as opressões estruturais, ampliando os horizontes da inclusão e da justiça social no campo religioso. Assim, a religião, enquanto instrumento de poder simbólico, desempenha um papel central na legitimação da lesbofobia, mas também pode ser um espaço de transformação e resistência. A desconstrução dos discursos religiosos excludentes e a promoção de abordagens inclusivas são passos essenciais para enfrentar a violência simbólica e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.6 A SAÚDE MENTAL E O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A violência simbólica tem impactos profundos e multifacetados na saúde mental de mulheres lésbicas, refletindo as dinâmicas de exclusão e marginalização que enfrentam em diversos contextos. Essa forma de violência, muitas vezes invisível, manifesta-se por meio de normas e valores sociais que deslegitimam identidades dissidentes, contribuindo para o desenvolvimento de problemas emocionais como ansiedade, depressão e baixa autoestima. As mulheres lésbicas, ao internalizarem esses discursos excludentes, frequentemente enfrentam um processo de invisibilização que compromete sua saúde psicológica e dificulta a construção de uma identidade saudável e empoderada (Sousa Milanez; Oliveira Ferreira; Santos Pedrosa, 2020).

No contexto educacional, a violência simbólica reforça estigmas que impactam diretamente a saúde mental das mulheres lésbicas. A ausência de representatividade e o silêncio em torno das questões LGBTQIAP+ em currículos escolares contribuem para a perpetuação de sentimentos de exclusão e inadequação. Além disso, as experiências de bullying e discriminação no ambiente escolar intensificam o sofrimento psicológico, especialmente em uma fase de vida crucial para o desenvolvimento da identidade. Nesse sentido, a escola tem um papel central não apenas como espaço de reprodução de opressões, mas também como potencial promotora de saúde mental, ao adotar práticas inclusivas e pedagógicas que valorizem a diversidade sexual e de gênero (Martins, 2023).

A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais as condições de saúde mental de mulheres lésbicas, destacando as vulnerabilidades específicas desse grupo. Durante períodos de isolamento social, muitas enfrentaram um ambiente familiar hostil ou a necessidade de ocultar suas identidades, o que gerou um aumento significativo dos níveis de estresse e ansiedade. Além disso, o acesso limitado a serviços de saúde mental inclusivos e sensíveis às questões de gênero e sexualidade exacerbou o impacto da violência simbólica, reforçando barreiras estruturais e emocionais que dificultam a busca por apoio e acolhimento (Sousa Milanez; Oliveira Ferreira; Santos Pedrosa, 2020).

Por outro lado, a promoção de redes de apoio e a valorização de espaços inclusivos são estratégias importantes para mitigar os efeitos da violência simbólica na saúde mental de mulheres lésbicas. Grupos de apoio e iniciativas comunitárias que celebram a diversidade oferecem um espaço seguro para a expressão e a construção de uma autoestima saudável. Além disso, políticas públicas que priorizem a saúde mental da população LGBTQIAP+ são fundamentais para enfrentar as consequências dessa violência e criar condições que favoreçam o bem-estar psicológico. A promoção de uma cultura de acolhimento e respeito é essencial para transformar as estruturas que perpetuam a exclusão (Martins, 2023).

Portanto, os impactos da violência simbólica na saúde mental de mulheres lésbicas evidenciam a necessidade de ações estruturais e comunitárias que enfrentem essa opressão. A valorização da diversidade e a construção de ambientes acolhedores são passos indispensáveis para garantir que essas mulheres tenham acesso a uma vida plena e saudável, livre das barreiras impostas por discursos excludentes e normativos.

CONCLUSÃO: PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O enfrentamento da violência simbólica contra mulheres lésbicas requer uma abordagem abrangente e integrada, que considere as múltiplas dimensões dessa opressão e os espaços onde ela se manifesta. Uma das medidas fundamentais é a transformação dos sistemas educacionais em agentes de mudança. A inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares é essencial para promover a conscientização desde cedo, desafiando preconceitos e construindo uma geração mais inclusiva. Professores

capacitados para abordar esses temas de forma crítica e acolhedora podem desconstruir normas opressoras e criar um ambiente onde as mulheres lésbicas sintam-se representadas e valorizadas. Além disso, projetos pedagógicos que envolvam a comunidade escolar como um todo são estratégias eficazes para combater a reprodução de violências simbólicas nos espaços educativos (Silva et al., 2024).

Outro aspecto crucial é o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a saúde mental, com especial atenção às necessidades da população LGBTQIAP+. Programas específicos para mulheres lésbicas devem abordar os impactos da violência simbólica em suas vidas, proporcionando suporte psicológico e emocional que as ajude a superar os efeitos de décadas de exclusão. Centros de acolhimento e atendimento especializado podem oferecer não apenas suporte individual, mas também criar redes de apoio comunitárias que promovam a solidariedade e a resistência coletiva. Essas iniciativas devem ser complementadas por campanhas de conscientização pública, que desmistifiquem preconceitos e promovam uma visão mais inclusiva da diversidade sexual (Alves, 2022).

As transformações necessárias também devem alcançar o âmbito das dinâmicas familiares. A família, muitas vezes o primeiro espaço de socialização, precisa ser reconfigurada como um local de acolhimento e respeito. Isso implica trabalhar diretamente com os membros da família, através de programas de mediação e sensibilização que auxiliem na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma convivência mais harmoniosa. A educação familiar deve incluir debates sobre sexualidade, gênero e direitos humanos, com o objetivo de transformar relações de poder e construir um ambiente onde mulheres lésbicas possam viver com dignidade e aceitação plena (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022).

Na esfera cultural, a necessidade de transformar as narrativas midiáticas é urgente. A mídia, que frequentemente reforça estereótipos e invisibiliza mulheres lésbicas, deve ser reimaginada como um espaço de empoderamento. Representações diversas, positivas e realistas são fundamentais para combater a lesbofobia e promover uma visão plural da sociedade. Isso inclui não apenas a inclusão de personagens lésbicas em narrativas audiovisuais, mas também a garantia de que essas histórias sejam contadas por mulheres lésbicas, garantindo autenticidade e representatividade. Além disso, o apoio a produções independentes e alternativas pode ampliar o alcance de narrativas que desafiem as normas simbólicas excludentes e inspirem mudanças sociais profundas (Liebgott; Weiss, 2020).

Outra frente indispensável é a articulação de movimentos sociais e coletivos que lutem contra a violência simbólica e promovam a inclusão. Organizações LGBTQIAP+ têm desempenhado um papel vital na denúncia de violências, no suporte às vítimas e na formulação de propostas políticas. Esses movimentos devem ser fortalecidos com recursos e reconhecimento, para que possam expandir seu alcance e intensificar suas ações. Além disso, é necessário estabelecer parcerias entre esses grupos e outros setores da sociedade, como empresas, instituições educacionais e órgãos governamentais, para implementar iniciativas transformadoras e sustentáveis (Silva et al., 2024).

Por fim, o avanço no enfrentamento da violência simbólica depende de um compromisso coletivo e contínuo para desafiar e desconstruir normas opressoras. Isso exige mudanças estruturais, mas também transformações no nível individual, à medida que cada pessoa reconheça e confronte seus próprios preconceitos. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária só será possível quando a diversidade for respeitada e celebrada em todas as suas formas, permitindo que mulheres lésbicas e outros grupos marginalizados vivam com plena liberdade e dignidade. Ao promover a inclusão e a equidade, estaremos não apenas enfrentando a violência simbólica, mas também criando um futuro mais humano e solidário (Alves, 2022).

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda Leite. Potencialidades dos processos psicoterapêuticos na desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo. 2022. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16111>. Acesso em: 01.jan.2025.

ALVES, TALIANA; DE SOUSA, MARIANE DANTAS. PERPLEXA POETICIDADE: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTOS DE MIRIAM ALVES. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20518>. Acesso em: 01.jan.2025.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Acesso em: 03.jan.2025.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20190082, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/xqf9WZCrXcTWM3ZtYNhTwDJ/>. Acesso em: 03.jan.2025.

GARCIA, Filipe Rodrigues; SANTOS, Francielle Almeida. A PRÁTICA DO STEALTHING SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE PIERRE BOURDIEU. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 12, n. 1, p. 109-138, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/rdugr/article/view/7405>. Acesso em: 01.jan.2025.

GOMES, Henrique. **Uma introdução à diversidade de gênero e sexualidade: constituição, enfrentamento e empoderamento**. Editora Dialética, 2024. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=7BEsEQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT122&dq=Performance+de+G%C3%AAnero+e+Normas+Cult+urais++Como+a+conformidade+ou+desvio+das+normas+de+q%C3%AAnero+impacta+a+viv%C3%AAncia+das+mulheres+!%C3%A9sbicas.&ots=K247dt42qb&sig=PX2lli0sgPIZaQzq7SHPH6Xiwqs. Acesso em: 05.jan.2025.

LIEBGOTT, Camila Bonin; WEISS, Raquel. Marcas de uma cultura lesbofóbica em narrativas de docentes lésbicas. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 284-310, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11398>. Acesso em: 03.jan.2025.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão” e “Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Acesso em: 05.jan.2025.

MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues et al. A TECNOLOGIA COMO VETOR DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES. **SYNTHESIS| Revistal Digital FAPAM**, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/view/609>. Acesso em: 01.jan.2025.

MARQUES, Louise Hermania de Oliveira et al. Mulheres que amam mulheres: direitos humanos, territórios e visibilidade. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22710>. Acesso em: 03.jan.2025.

MARTINS, Daniella Soares Marreiros. Diversidade sexual e de gênero: o papel da escola na promoção da saúde mental de indivíduos da comunidade LGBTQIAP+. 2023. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16624>. Acesso em: 05.jan.2025.

MOREIRA, Diogo. As Representações Mediáticas LGBTQ+: Uma Perpetuação de Estereótipos ou a Visibilidade de Identidades Tridimensionais?. 2023. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/167095/1/Mestrado_Diogo_Ramiro_Moreira.pdf.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. "Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, p. 85-99, 2006a.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; GOMES, Edlaine. "Para além da família e da religião: segredo e exercício da sexualidade". *Religião e Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 41-58, 2006b.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. "Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal". *Religião e Sociedade*, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.

OLIVEIRA, Angelita de Lima. Reflexos da violência simbólica no mercado de trabalho: desigualdades de gênero. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/2797366a-0e94-483e-bfdb-5f6f15dfb552>.

OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva et al. A fenomênica do espaço presente nas violências: homofobia familiar e existência lésbica. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32018>.

OSWALDINO, Agnes Grama. Invisibilidade bissexual: a bissexualidade feminina em séries de televisão nas duas primeiras décadas do século XXI. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Jornalismo)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.** Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/20038>.

SILVA, Ana Beatriz Oliveira. Patriarcado e capitalismo: padrões de gênero socialmente impostos à mulher e um recorte sobre a lesbianidade: lesbofobia e lesbocídio no Brasil. 2024. Disponível em: <http://monografias.ufop.br/handle/35400000/6688>.

SILVA, Andria Guimarães Bonfim et al. A violência simbólica vivenciada na prática de estágio da educação infantil: revisando o conceito e analisando os fatos. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/4448>.

SOUSA, Jeniffer Mattos de. A cicatriz não é invisível: uma análise das violências de gênero contra mulheres lésbicas na cidade de Manaus. 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10304>.

SOUZA, Maria Cristina Nascimento; DE SOUZA, Marcos Lopes. "A IGREJA CATÓLICA TE CONDENA. A IGREJA EVANGÉLICA TE CONDENA": O discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica. **Revista PINDORAMA**, v. 11, n. 1, p. 9-23, 2020. Disponível em: <https://asetore.ifba.edu.br/Pindorama/article/view/817>.

SOUSA MILANEZ, Leticia; DE OLIVEIRA FERREIRA, Breno; DOS SANTOS PEDROSA, José Ivo. Impactos da pandemia da Covid-19 na saúde das mulheres lésbicas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 11, p. 89-100, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11237>.